

Carta de Einstein a Freud

Caro Professor Freud

A proposta da Liga das Nações e do seu Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, em Paris, de que eu convidasse uma pessoa de minha escolha para um franco intercâmbio de pontos de vista sobre algum problema que eu poderia selecionar, oferece-me a excelente oportunidade de conferenciar consigo a respeito de uma questão que, da maneira como as coisas estão, parece ser o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar.

Este é o problema: Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?

É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência de nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos; não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Além disso, acredito que aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática, estão apenas a adquirir uma crescente consciência da sua impotência para abordá-lo, e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vistas de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite.

Quanto a mim, o objetivo habitual de meu pensamento não me permite uma compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. Assim, na indagação ora proposta, posso fazer pouco mais do que procurar esclarecer a questão em referência e, preparando o terreno das soluções mais óbvias, possibilitar que você proporcione a elucidação do problema mediante o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem.

Existem determinados obstáculos psicológicos cuja existência um leigo em ciências mentais pode obscuramente entrever, cujas interrelações e filigranas, contudo, é incompetente para compreender; estou convencido de que você será capaz de sugerir métodos educacionais situados mais ou menos fora dos objetivos da política, os quais eliminarão esses obstáculos.

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspecto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações.

Cada nação submeter-se-ia à obediência às ordens emanadas desse organismo legislativo, a recorrer às suas decisões em todos os litígios, a aceitar sem restrições as suas decisões e a pôr em prática todas as medidas que o tribunal considerasse necessárias para a execução de seus decretos.

Já de início, todavia, defronto-me com uma dificuldade; um tribunal é uma instituição humana que, em relação ao poder de que dispõe, é inadequada para fazer cumprir os seus veredictos, está muito sujeito a ver suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais. Este é um facto com que temos de contar; a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas, e as decisões jurídicas aproximam-se mais da justiça ideal exigida pela comunidade (em cujo nome e em cujos interesses esses veredictos

são pronunciados), na medida em que a comunidade tem efetivamente o poder de impor o respeito ao seu ideal jurídico.

Atualmente, porém, estamos longe de possuir qualquer organização supranacional competente para emitir julgamentos de autoridade incontestável e garantir absoluto acatamento à execução de seus veredictos. Assim, sou levado ao meu primeiro princípio; a busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, da sua liberdade de ação, ou seja, da sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança.

O insucesso, malgrado a sua evidente sinceridade, de todos os esforços, durante a última década, no sentido de alcançar essa meta, não deixa lugar à dúvida de que estão em jogo fatores psicológicos de peso que paralisam tais esforços.

Alguns desses fatores são mais fáceis de detectar. O intenso desejo de poder, que caracteriza a classe governante em cada nação, é hostil a qualquer limitação de sua soberania nacional. Essa fome de poder político está acostumada a medrar nas atividades, de um outro grupo, cujas aspirações são de caráter económico, puramente mercenário. Refiro-me especialmente a esse grupo reduzido, mas decidido, existente em cada nação, composto de indivíduos que, indiferentes às condições e aos controles sociais, consideram a guerra, a fabricação e venda de armas como uma oportunidade de expandir seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal.

O reconhecimento desse facto, no entanto, é o primeiro passo para uma avaliação da situação atual.

Logo surge uma outra questão: como é possível a essa pequena súcia dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos?

(Ao falar em maioria, não excludo os soldados, de todas as graduações, que escolheram a guerra como profissão, na crença de que servem a defesa dos mais altos interesses de sua raça e de que o ataque é, muitas vezes, o melhor meio de defesa.)

Parece que uma resposta óbvia a essa pergunta é a de que a minoria, a classe dominante atual, possui as escolas, a imprensa e, geralmente, também a Igreja, sob o seu poderio. Isto possibilita organizar e dominar as emoções das massas e torná-las instrumento da mesma minoria.

Ainda assim, nem sequer essa resposta proporciona uma solução completa.

Daí surge uma nova questão: **como é que tais mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas?**

Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais; é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva. Talvez aí esteja o ponto crucial de todo o complexo de fatores que estamos a considerar, um enigma que só um especialista na ciência dos instintos humanos pode resolver.

Com isso, chegamos à nossa última questão. **É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?** Aqui não me refiro apenas às chamadas massas incultas. A experiência prova que é, antes, a chamada 'Intelligentzia' a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, uma vez que o intelectual não tem contacto direto com o lado rude da vida, mas encontra-a na sua forma sintética mais fácil — na página impressa.

Para concluir: até aqui apenas falei das guerras entre nações, aquelas que se conhecem como conflitos internacionais. Estou, porém, consciente de que o instinto agressivo opera sob outras formas e em outras circunstâncias. (Penso nas guerras civis, por exemplo, devidas à intolerância religiosa, em tempos precedentes, mas hoje em dia, contudo, devidas a fatores sociais; além disso, também nas perseguições a minorias raciais.)

Foi deliberada a minha insistência naquilo que é a mais típica, mais cruel e extravagante forma de conflito entre o homem e o homem, pois aqui temos a melhor ocasião de descobrir maneiras e meios de tornar impossíveis qualquer conflito armado.

Sei que nos seus escritos podemos encontrar respostas, explícitas ou implícitas, a todos os aspetos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade para todos nós que apresentasse o problema da paz mundial sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.

Muito cordialmente,

Albert Einstein. Viena, setembro de 1932.